



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

COORDENADORIA DE GESTÃO COMPARTILHADA DE PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRAÇÃO INTERNA DE ARAÇATUBA

Entre os dias 27 do mês de fevereiro e 02 do mês de março de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho, **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 3/2018, divulgado em 25/1/2018 no DEJT (Edição 2402/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 402. Presente o Juiz Responsável **CLÓVIS VICTÓRIO JÚNIOR**. Com base nas informações prestadas pela Coordenadoria e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correccionado, o seguinte:

1 – ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ DIRETOR DO FÓRUM
MAURÍCIO TAKAO FUZITA

JUIZ RESPONSÁVEL
CLÓVIS VICTÓRIO JÚNIOR

2 – QUADRO DE SERVIDORES:

2.2 Lotação – Servidores:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Ana Maria de Paula	TJA		16/02/2017
Simone Mayumi Minaki	TJA	FC-05 Assist Diretor Distribuição	01/09/2015
Rita de Cássia Leite Motooka Kozima	TJA	CJ-02 Diretor Serviço Distribuição Feitos	01/09/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			03



TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO	-
---	---

TJA – Técnico Judiciário – área administrativa

2.2 Lotação – Oficiais de Justiça:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Antonio Carlos Pistori	AJ-OJA		01/09/2015
Cacirley Roberts Pintao Bellinati	AJ-OJA		01/09/2015
Celizi Cristiani Berti Morales	AJ-OJA		01/09/2015
Dorival Barbosa Santos	AJ-OJA		01/09/2015
Fernando Cesar Corazza Luciano	AJ-OJA		01/09/2015
José Ronaldo Cavalcante de Souza	AJ-OJA		01/09/2015
Marcos Vidal	AJ-OJA		01/09/2015
Sérgio Luís Martinez	AJ-OJA		23/01/2018
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			08
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			-

AJ-OJA – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador

REQ – Requisitado de município

2.3 Ausências, exceto férias – 17/02/2017 a 16/02/2018:

(fonte: Serviço de Registros Funcionais e Frequência)

MOTIVO	DIAS
Compensação de dias trabalhados em eleição/treinamento	2
Compensação de dias trabalhados em plantão judiciário	46
Licença para doação de sangue	1
Licença para tratamento da própria saúde	90
Participação em curso ministrado pelo TRT	13
Participação em greve	2
Viagem a serviço	1
Total:	155



2.4 Estagiários:

(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
Rafaela Ferreira Rodrigues Mendes	CIEE	15/12/2018

2.5 Ações de capacitação – 17/02/2017 a 19/02/2018 (metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15):

(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)

SERVIDORES	HORAS
Ana Maria de Paula	300
Celizi Cristiani Berti Morales	430
Dorival Barbosa Santos	450
Fernando Cesar Corazza Luciano	570
José Ronaldo Cavalcante de Souza	435
Marcos Vidal	15
Rita de Cássia Leite Motooka Kozima	110
Sérgio Luiz Martinez	61
Simone Mayumi Minaki	135

3 – MOVIMENTAÇÃO – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO (PETIÇÕES E EXPEDIENTES RECEBIDOS):

(fonte: SAP 1G)

DESTINATÁRIO	2016	2017
1ª VARA	535	428
2ª VARA	855	810
3ª VARA	855	495
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO	62	45(*)
TOTAIS	2.307	1.778

Observação (*): foram encontrados 10 protocolos para a Central de Mandados.

4 – MOVIMENTAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS:

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

4.1 Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.



4.2 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (SAP1G):

Não há.

4.3 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (PJ-e):

Não há.

5 – MOVIMENTAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DE GESTÃO DE PROCESSOS E DE EXECUÇÃO

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

5.1 CONTROLE DE AUDIÊNCIAS

a) Audiências na fase de EXECUÇÃO realizadas:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS	CONCILIAÇÕES EM AUDIÊNCIA	VALORES CONCILIADOS
VT de Andradina/ PA Pereira Barreto	76	73	R\$ 660.120,00
1ª VT Araçatuba	50	20	R\$ 644.310,00
2ª VT Araçatuba	45	22	R\$ 331.679,93
3ª VT Araçatuba	218	212	R\$1.013.821,88
VT de Birigui	37	15	R\$ 721.058,79
VT de Lins	338	258	R\$ 12.822.568,58
TOTAL	764	600	R\$ 16.193.559,18

b) Audiências na fase de CONHECIMENTO realizadas:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS	CONCILIAÇÕES EM AUDIÊNCIA	VALORES CONCILIADOS
VT de Andradina/ PA Pereira Barreto	819	608	R\$ 38.404.984,54
1ª VT Araçatuba	64	36	R\$ 1.107.801,50
2ª VT Araçatuba	104	63	R\$ 3.608.234,31
3ª VT Araçatuba	96	56	R\$ 1.602.919,32
VT de Birigui	56	48	R\$ 1.998.187,32
VT de Lins	404	329	R\$ 14.027.466,44
VT de Penápolis	3	2	R\$ 895.000,00
TOTAL	1.546	1.142	R\$ 61.644.593,43

5.2 MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO



A gestora informou serem adotadas na Circunscrição medidas de incentivo à mediação, apontando que o juiz permanece nas Unidades, acompanhando diretamente as mediações e fazendo intervenções, quando necessário. São feitas audiências de segunda a sexta-feira, alternando-se entre as Varas do Trabalho da circunscrição, salvo em relação à Vara do Trabalho de Penápolis que declinou do auxílio do Cejusc-JT. São incluídos processos em todas as fases processuais.

Informou, ainda, que a Coordenadoria conta com uma servidora capacitada para mediação pela Escola Judicial, porém é a responsável pelas pesquisas do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, de modo que não vem sendo aproveitada nas audiências de mediação.

5.3 INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL – GRANDES DEVEDORES

a) Relação de Investigação Patrimonial em andamento (ano anterior):

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
25/2016	3	R\$ 7.320,12
26/2016	4	R\$ 147.458,59
01/2017	38	R\$ 690,774,29
02/2017	29	R\$ 530.051,71
03/2017	26	R\$ 931.201,02
04/2017	25	R\$ 355,030,88
05/2017	28	R\$ 716.023,44
06/2017	22	R\$ 1.896.115,00
TOTAL	175	R\$ 5.273.975,05

b) Investigações Patrimoniais iniciadas:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
01/2017	38	R\$ 690,774,29
02/2017	29	R\$ 530.051,71
03/2017	26	R\$ 931.201,02
04/2017	25	R\$ 355,030,88
05/2017	28	R\$ 716.023,44
06/2017	22	R\$ 1.896.115,00
TOTAL	168	R\$ 5.119.196,34

c) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado INTEGRALMENTE POSITIVO:



NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
01/2015	190	R\$ 4.649.131,06
02/2015	63	R\$ 1.803.590,99
02/2016	118	R\$ 2.619.875,36
34/2016	2	R\$ 8.472,92
TOTAL	373	R\$ 9.081.060,33

d) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado PARCIALMENTE POSITIVO:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE PROCESSOS	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DAS EXECUÇÕES	ALCANÇADO	
				R\$	%
03/2015	37	37	491.416,63	150.860,05	30,69
03/2016	02	04	121.007,08	18.598,39	15,369
TOTAL	39	41	612.423,71	169.458,44	22,67

e) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado FRUSTRADO:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
19/2016	3	R\$ 61.909,54
20/2016	10	R\$ 297.502,99
22/2016	4	R\$ 62.658,74
29/2016	15	R\$ 506.813,36
TOTAL	32	R\$ 928.884,63

f) Valores arrecadados decorrentes de execuções RESOLVIDAS pela investigação Patrimonial:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALOR DAS EXECUÇÕES
Vara do Trabalho de Birigui	39	R\$ 590.911,91
TOTAL	39	R\$ 590.911,91

6 – MOVIMENTAÇÃO DA SEÇÃO DE HASTA PÚBLICA (SHP)

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

a) Hastas Públicas realizadas:

IDENTIFICAÇÃO DA HASTA	QUANTIDADE DE PROCESSOS INCLUÍDOS EM HASTA	QUANTIDADE DE BENS INCLUÍDOS EM HASTA	VALOR TOTAL DOS BENS INCLUÍDOS	% QUANT. BENS ARREMATADOS	% VALOR BENS ARREMATADOS
------------------------	--	---------------------------------------	--------------------------------	---------------------------	--------------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



01/2017	44	70	R\$ 30.279.728,20	14,29	12,86
02/2017	12	22	R\$ 12.018.455,00	36,36	7,77
03/2017	40	43	R\$ 40.921.149,21	18,60	2,51
04/2017	50	65	R\$ 48.148.506,00	10,77	2,41
05/2017	29	33	R\$ 10.998.404,21	24,24	16,95
06/2017	37	120	R\$ 49.332.636,50	10,00	8,31
TOTAL	212	353	R\$ 191.698.879,12	15,01	6,77

b) Processos incluídos em hasta por Vara de Origem:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS INCLUÍDOS EM HASTA
1ª Vara do Trabalho de Aracatuba	75
2ª Vara do Trabalho de Aracatuba	34
3ª Vara do Trabalho de Aracatuba	53
Vara do Trabalho de Birigui	21
Vara do Trabalho de Lins	48
Vara do Trabalho de Penápolis	21
TOTAL	252

c) Varas da Circunscrição que não incluíram processos em Hasta Pública

UNIDADE
Vara do Trabalho de Andradina

7 – CONSTATAÇÕES:

Foi realizada reunião com os servidores da Coordenadoria de Gestão Compartilhada, com os Oficiais de Justiça e com a Coordenadora, abordando os seguintes temas:

7.1 – Estagiário

A Unidade não conta mais com a atuação de estagiários, tendo a estagiária Rafaela Ferreira Rodrigues Mendes, contratada pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, rescindido o contrato a partir de ontem. Sugeriu-se a contratação de estagiários da área de ciências contábeis ou econômicas para auxílio nas fases de liquidação e execução.



7.2 – Acordo Extrajudicial

No que diz respeito aos Acordos Extrajudiciais esclareceu, o Exmo. Juiz Responsável pelo CEJUSC, que são recebidos e tramitados nas próprias Varas em que são distribuídos. Porém, relatou que fez convite ao Município de Araçatuba e empresa terceirizada para conhecer o trabalho do CEJUSC. Após a visita houve a realização de duas audiências de tentativa de conciliação que resultaram em acordo extrajudicial, tendo como beneficiários 190 empregados em cada uma das audiências.

7.3 – Incentivo à Mediação

Informou o Exmo. Juiz Responsável pelo CEJUSC que com as Varas do Trabalho locais, motivou que indicassem servidores para capacitação como mediadores na Escola Judicial deste Tribunal e que, agora, atuam como mediadores nas audiências de mediação realizadas pelo CEJUSC.

Informou que às segundas e quintas-feiras, uma semana na Vara do Trabalho de Lins e outra em Andradina realiza audiências de tentativa de conciliação, sem a atuação de mediadores, apenas acompanhado pela Secretaria de audiências e auxiliado por estagiários, com número expressivo de acordos. Nessas Unidades, esclareceu, que também motivou a inscrição de servidores para o curso de mediação pela Escola Judicial deste Tribunal.

Informaram que no CEJUSC, a Servidora Simone Mayumi Minaki é excelente mediadora, mas deixou de atuar como tal para se ativar no Núcleo de Pesquisa Patrimonial, juntamente com o Oficial de Justiça Marcos Vidal, estando ambos participando do curso ministrado para o CEJUSC do curso de especialização em pesquisa patrimonial.

Esclareceram, ainda, que há contato constante, com auxílio da Secretaria de Audiências, com os advogados pelo Whatsapp, buscando a realização de acordos.

Informaram que na circunscrição não existem grandes devedores, assim as



pesquisas envolvem um número baixo de pessoas, mesmo assim, têm conseguidos ótimos resultados nas pesquisas avançada, citando como exemplo, um devedor que teve execução parcialmente satisfeita por investigação patrimonial, e na semana passada, em audiência de tentativa de conciliação chegaram a um acordo, colocando fim à execução.

7.4 – Hasta Pública

Relataram que diante do pouco interesse das pessoas na arrematação de bens com restrições, foi reformulado o edital de praça e leilão, para definir a questão de impostos e outras pendências. Além disso, foram realizadas reuniões com os Oficiais de Justiça para ajustarem as avaliações, considerando os atuais valores de mercado. Fizeram levantamento de todos os imóveis penhorados para, com base no histórico do bem, definir parâmetros para a alienação.

As Unidades da circunscrição têm enviado bens à hasta pública, inclusive, mais recentemente, a Vara do Trabalho de Andradina.

Sugeriu-se, a critério do Magistrado, a adoção a alienação por iniciativa particular prevista no Art. 880 do CPC, regulamentada neste Tribunal pelo Provimento GP-CR 04/2014, com as alterações do Provimento GP-CR 01/2017.

7.5 – Parametrização

Sobre a parametrização local, sugeriu-se que seja atualizada pelo Exmo. Juiz Responsável pelo CEJUSC, com auxílio dos Exmos. Juizes Titulares, dos Diretores de Secretaria e dos Grupos Internos de Execução das Varas do Trabalho do Fórum, bem como dos Oficiais de Justiça, para adequação dos itens relativos à avaliação de veículos e imóveis, fixação de prazos diferenciados para o cumprimento de diligências, entre outros que mereçam reformulação.

7.6 – Estrutura Física do CEJUSC e salas de Audiências



Informou o Exmo. Juiz Responsável a precariedade do espaço físico para atuação do CEJUSC que, atualmente, utiliza as salas de audiência das três Varas do Fórum, dividindo horários das atas das respectivas Varas. Esclareceu que enviou Layout à Presidência do Tribunal para instalação de quatro salas de audiências, o que possibilitaria o trabalho do CEJUSC em um único ambiente e que a solicitação já se encontra com o setor de engenharia para análise e entregou à Exma. Desembargadora Vice-Corregedora, cópia do ofício já enviado à Presidência.

No que diz respeito às atividades do Núcleo de Pesquisas Patrimoniais – NPP, informou que será utilizado o antigo gabinete de Juízes Auxiliares e que, portanto, haverá separação de ambientes do CEJUSC e do NPP.

Também informaram que esta em andamento desde janeiro/2018, o Processo de doação de Bens pelo Fórum Trabalhista de Araçatuba, PROAD 1300/2018, que possibilitará a liberação de espaço nas Secretaria, inclusive para implantação de mais uma sala de audiências.

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora, solicitará aos setores competentes informações, bem como as providências possíveis para agilização das solicitações.

8 – DETERMINAÇÕES:

8.1 – observar os seguintes normativos: Ato nº 13/2017 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (depósitos judiciais); Provimento GP-CR nº 04/2014, com alterações pelo Provimento nº 01/2017 (detalha o procedimento da alienação por iniciativa particular prevista no Art. 685-C do CPC);

8.2 – cumprir integralmente o Provimento GP-CR nº 05/2015, o Provimento GP-CR nº 03/2014 (Alterado pelo Provimento GP-CR nº 04/2015), o Ato GP-CR Nº 05/2015, a Ordem de Serviço nº 01/2015 e a Ordem de Serviço nº 03/2015, especialmente: **a) item V da Ordem de Serviço nº 01/2015 (CNIB)**, que estabelece: “**V** - A inclusão dos devedores na Central de Indisponibilidade – CENIB, e a gestão das informações serão realizadas feita pela Secretaria, após a constatação pelo Grupo Interno de Execução de que a certidão do Oficial de Justiça aponta o devedor como insolvente”; **b) item VI da**



Ordem de Serviço nº 01/2015 (SERASA), que dispõe: “**VI** - A utilização do convênio com a empresa SERASA, quando em operação, será feita pelo Grupo Interno da Execução, no mesmo momento da inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas;

8.3 – observar o item I da Ordem de Serviço nº 01/2015, segundo a qual: “I – Com a finalidade de facilitar a gestão de pessoas e de processos de trabalho, os Juízes Diretores dos Fóruns devem zelar para que os servidores lotados nas Coordenadorias de Gestão Compartilhada de Processo Judiciais e Administração Interna e pelas Coordenadorias Integradas de Atividade Administrativa, Judiciais e Centrais de Mandados sejam alocados em ambientes próximos, para que reste configurado apenas um setor de trabalho, destacando uma sala reservada à pesquisa patrimonial avançada, em razão do disposto no art. 9º, § 1º, do Provimento GP-CR nº 06/2014, com computadores específicos com amplo acesso às redes sociais e sites de busca. Necessária, também, área suficiente para abrigar todos os oficiais de justiça, e que tenha pelo menos um computador disponível para cada dupla de oficiais lotados na unidade”.

9 – ATENDIMENTOS:

Não houve comparecimento de advogados, partes ou terceiros para atendimento pela Exma. Desembargadora Vice-Corregedora.

10 – OBSERVAÇÕES GERAIS

10.1 – O MM. Juiz Substituto Responsável reside na circunscrição;

10.2 – A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com o Magistrado sobre os resultados da Unidade.

10.3 – Foi informado pela Coordenadora da CGC que o edital de Correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

No entanto, chama-se a atenção para o fato de no edital expedido pela Unidade



não ter constado o horário de atendimento aos advogados, conforme item III – do Comunicado CR 01/2018, publicado no DEJT de 30/01/2018, prevendo o “atendimento de advogados e peritos em horário predeterminado: das 14 (quatorze) às 15 (quinze) horas”, devendo ser, para as próximas visitas correicionais, cumpridas as orientações da Corregedoria relativas aos procedimentos de Correição.

10.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Coordenadora, pontualmente, com a ciência do Exmo Juiz Responsável, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se, ainda, que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 636/2017.

11 – OFÍCIOS

Expeçam-se ofícios à Presidência deste Tribunal solicitando as providências que merecer para agilização das solicitações:

11.1 - de instalação de sala de audiências para atuação do CEJSUC no Fórum Trabalhista de Araçatuba;

11.2 - de doação de móveis e equipamentos do Fórum Trabalhista de Araçatuba, PROAD 1300/2017.

ENCERRAMENTO

No dia 02 de março de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.